

AVC  
P2

# Penúltima etapa

Oswaldo Peralva

A Constituição que aí está, votada em segundo turno, com o conteúdo definitivo já aprovado, é o documento desse gênero com mais ampla influência de todas as camadas da sociedade, dentre os que foram elaborados ao longo de nossa história política. Uma das críticas à Assembléia Nacional Constituinte, de processo demasiado lento e conturbado, longe de ser defeito, acabará revelando-se uma virtude.

Não é Carta que brilhe pela coerência, pois ora expressa os interesses de uma classe ou camada da população, ora os de outra.

A coerência da nova Constituição só pode ser buscada e encontrada em nível mais geral e mais alto, como reflexo das contradições de uma sociedade que ainda não se definiu, palco de correntes históricas em disputa, uma puxando para trás, ou-

tra para a frente.

Impressão à primeira vista sugere o avanço das forças liberais e democráticas, melhorias cosméticas — mais de forma do que fundo — no capítulo da ordem econômico-social, e um impotente marcar-passo em face do regime fundiário, com a coexistência de capitalismo moderno em certas áreas e atraso semifeudal em outras.

É a Constituição possível diante da correlação de forças políticas emergentes do compromisso de transição indolor, sem ruptura, para o sistema democrático, através do definhamento do sistema autoritário mais prolongado que já tivemos.

Sob esse aspecto, a Assembléia Nacional Constituinte, que deveria ser o último ato da transição, é apenas o penúltimo. Tanto que o presidente da

República e até um de seus ministros tiveram de vir a público para, fortalecendo o processo democrático, manifestar apoio e disposição de cumprir a nova Constituição, o que seria dispensável, por acaciano, em outras circunstâncias.

É bom não esquecer que esses resultados positivos, traduzidos na votação final da Constituição, contra os que queriam adiá-la, zerá-la e até impugná-la, são todos frutos ainda de um movimento popular que se chamou diretas-já. A força popular, exibida nas praças públicas, não alcançou o alvo imediato, mas até hoje produz efeitos benéficos. Esse movimento há de ressurgir, não nas eleições municipais de 15 de novembro, mas no pleito para a Presidência da República. Aí, sim, será a última etapa da luta pela restauração do poder civil. Vale dizer, pela democracia plena.